

A FORMAÇÃO
RACIALIZADA DE
UMA METRÓPOLE:
SÃO PAULO –
UM LOCAL
DETERMINADO

[ARTIGO]

Eliete Edwiges Barbosa

Universidade de São Paulo

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo busca demonstrar como a metrópole de São Paulo constrói uma cidade guetificada, por meio de políticas públicas de desenvolvimento urbano e econômico que usaram como pano de fundo “o nome do progresso e desenvolvimento urbano”. Em contrapartida, a ocupação e o crescimento vertiginoso das áreas longínquas da cidade, onde a população pobre teve que se alojar, ocasionou o surgimento de áreas periféricas. Esses territórios configuram o espaço urbano, no qual a insuficiência de políticas públicas gera um acesso racializado aos direitos de cidadania.

Palavras-chave: Políticas públicas. Territórios racializados. Periferias. Racismo e políticas públicas.

This article seeks to demonstrate how the metropolis of São Paulo builds a ghettoized city, with public political strategies for urban and economic development that used as a backdrop “the name of progress and urban development.” On the other hand, the occupation and dizzying growth of areas far away from the city, where the poor population had to live, gave rise to the peripheral areas of the city. These territories unify the urban space, where the insufficiency of public policies generates racialized access to citizenship rights.

Keywords: Public policies. Racialized territories. Peripheries. Racism and public policies.

Este artículo pretende demostrar cómo la metrópoli de São Paulo construye una ciudad guetizada, mediante el uso de políticas públicas para el desarrollo urbano y económico las cuales utilizaron como telón de fondo “el nombre del progreso y el desarrollo urbano”. Por otro lado, la ocupación y el crecimiento vertiginoso de zonas alejadas de la ciudad, donde tuvo que vivir la población pobre, crearon zonas periféricas de la ciudad. Estos territorios configuran el espacio urbano como uno donde la insuficiencia de políticas públicas genera un acceso racializado a los derechos de ciudadanía.

Palabras clave: Políticas públicas. Territorios racializados. Periferias. Racismo y políticas públicas.

Negras e negros em São Paulo

O objetivo deste artigo é demonstrar como a cidade de São Paulo se desenvolveu, relatando parte da sua história e expondo como a população negra e pobre se configurou no panorama dessa cidade. Assim, será analisado o seu desenvolvimento econômico e urbano e suas configurações, apresentando o paradigma da riqueza e da pobreza, a influência do capital e a construção das periferias.

Petrônio Domingues (2019) aponta três fatores preponderantes e fundamentais para contextualizar o racismo e o apagamento da história da população negra em São Paulo:

- a) o racismo e as relações de trabalho;
- b) o projeto de branqueamento;
- c) o mundo dos negros.

São Paulo entrou no contexto político brasileiro no final do século XVIII, com o fim das capitanias e a descoberta do ouro em terras mineiras – era parte do caminho percorrido para chegar em terras mineiras. Em decorrência da corrida do ouro, os negros do nordeste e da região fluminense foram trazidos para região de mineração, e, no caminho, alguns negros permaneceram na província de São Paulo.

Com essa mão de obra, teve início a plantação de cana-de-açúcar no quadrilátero de Piracicaba, Sorocaba, Mogi das Cruzes e Jundiá. Esses territórios tiveram o desenvolvimento dos engenhos de açúcar com as características dos engenhos de nordeste, e assim foi a chegada de negros na província de São Paulo.

No período do século XIX, ocorreram vários marcos importantes na história do Brasil:

- Chegada da família real portuguesa em 1808;
- Criação da província de São Paulo – 1821;
- A independência do Brasil – 1822;
- Elaboração da primeira Constituição do Brasil – 1824;
- A renúncia do Rei – 1831.

Logo após, o período das rebeliões:

- A Cabanagem – Pará, 1837-1840;
- A Balaiada – Maranhão, 1838 e 1841;
- A Revolta dos Malês – Bahia, 1835.

Em sequência, o processo de abolição gradual da escravidão:

- Lei Eusébio de Queiroz – Lei n. 581, de 4 set. 1850;
- Lei do Ventre Livre – Lei n. 2040, de 12 maio 1871;
- A Lei Sexagenária – Lei n. 3270, de 28 set. 1885;
- A Lei Áurea – Lei n. 3353, de 13 maio 1888.

Esses fatos históricos ocorreram no decurso da criação da província de São Paulo, em 1821, instaurando um outro viés para o processo de escravização. O final do tráfico negreiro, as rebeliões negras e o tráfico interno de escravos, das outras regiões do Brasil (escravos nativos, na grande maioria), foram coadjuvantes da derrocada do plantio da cana-de-açúcar no Brasil.

A decadência do ciclo do açúcar especificamente em São Paulo foi ocasionada por diversos fatores. A escravização tardia e o

final da escravização foram gradativamente se sobrepondo ao declínio do plantio da cana de açúcar na província, agravado pela péssima qualidade da cana e a dificuldade de escoamento deste produto, tornando inviável a sua exportação. A província não possuía boas estradas, não estava na região litorânea do país, e nem continha estradas de ferros para o escoamento da mercadoria.

O ciclo cafeeiro da província de São Paulo

As estruturas de plantagem já estavam estabelecidas e os fazendeiros à beira da falência. Dessa forma, os grandes fazendeiros de São Paulo optaram por plantar o café, que acabou se tornando a âncora da expansão econômica da província e sua capital, que se estabeleceu como um grande centro comercial.

O ciclo do café se desenvolveu rapidamente ao longo do século XIX e intensificou o tráfico interno de escravos:

A escravidão concentrava-se nas partes mais modernas da economia e tornara-se menos relevante nos setores atrasados ou decadentes. Em 1887, o Ministério da Agricultura, em seu relatório anual, contabilizava a existência de 723.419 escravos no País. Desse total, a Região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo), produtora de café, abarcava uma população cativa de 4.82.571 pessoas. Todas as demais regiões respondiam por um número total de 240.848 (MARINGONI, 2011).

São Paulo expandiu o seu desenvolvimento por causa do café, o “ouro verde”, e a população escrava também fez parte desse contexto. Uma parte dos escravizados trabalhava como os escravos de ganho, outros no plantio do café, ou na construção de estradas e ferrovias, como a linha férrea que ligava o interior de São Paulo à capital e a capital até a baixada santista: o Porto de Santos. A cidade estava se modernizando e a mão escrava estava construindo essa modernização.

A Europa iniciava o sistema capitalista, a industrialização, e a Inglaterra se consolidava como uns dos precursores no novo sistema econômico. Dessa forma, os interesses britânicos eram contrários à manutenção do sistema escravocrata, deixando o Brasil numa situação embaraçosa, pois os interesses econômicos tinham outras pujanças entre Portugal e Inglaterra, assim iniciando o processo de libertação dos escravizados no Brasil.

O período marca a supremacia incontestável do império britânico. A expansão da economia internacional e a demanda crescente por matérias primas por parte dos países que viviam a Segunda Revolução Industrial resulta em um ciclo de investimentos nos países periféricos (TERRA, 2021).

A população negra urbana dessa época também tinha sua própria organização, que se dava, entre outras formas, por meio das irmandades (organizações religiosas negras). A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (criada entre 1720 e 1721, foi demolida na nova configuração da cidade de São Paulo e reconstruída em 1903) teve um papel

primordial para a luta da população negra. A criação dessa igreja constituiu-se como entidade de união e auxílio mútuo de forros e escravos da cidade, atuando ainda como promotora de alforrias e participando das atividades abolicionistas.

Como relatado anteriormente, a população negra do Rio de Janeiro teve a possibilidade da ocupação dos morros para construir suas moradias; já em São Paulo, os negros libertos passaram a viver nas ruas do centro da cidade, ocupando os velhos casarões dos bairros centrais, como o morro da Saracura (atual Bela Vista), a várzea do Carmo (atual Parque Dom Pedro) – onde se encontravam as mulheres negras que eram lavadeiras –, o Largo da Banana (atual Barra Funda), área de concentração de homens negros que eram carregadores de sacas de café e de mulheres negras que eram domésticas nas mansões dos Campos Elíseos e Boulevard Bouchard (atualmente o bairro de Higienópolis).

Dessa forma, no início da década de 1920, a cidade de São Paulo foi crescendo com os “Barões do Café” e a população negra em seu entorno, que prestava serviços domésticos, trabalhos braçais e participava da construção civil da cidade moderna no estilo europeu.

A chegada dos imigrantes acirrou ainda mais a relação de pauperização da população negra. Primeiro, vieram como imigrantes famílias belgas, alemãs, suíças e portuguesas, para trabalhar nas lavouras em regime de parceria¹, com os

1 A parceria era o pagamento das despesas do deslocamento das famílias europeias para o Brasil pelo

incentivos dados pelo Senador Vergueiro². Posteriormente, houve a chegada dos italianos, após a libertação dos escravizados. Esse processo de imigração europeia durou de 1884 a 1940.

A chegada dos imigrantes europeus se adequa ao pensamento dominante de que era necessário o branqueamento da população brasileira como forma de apagar as marcas de “etnias inferiores”, como a negra e indígena. O apagamento histórico desses povos, portanto, foi uma intencionalidade política das elites de então³.

A substituição da mão de obra escrava significou, portanto, a redefinição do lugar do negro na sociedade – de escravizado à marginalizado. Em outras palavras, no discurso dominante, negro livre não servia para trabalhar. Domingues (2019, p. 19) diz:

Abandonados à própria sorte, os ex-escravos e seus descendentes não estariam qualificados tecnicamente para competir com os imigrantes europeus nas cidades e mesmo na lavoura,

fazendeiro, além dos custos referentes ao tempo em que tais famílias não começassem a produção. Era uma espécie de adiantamento dado pelos fazendeiros. Em troca, o imigrante e sua família eram obrigados a entregar parte do que produziam na fazenda ao proprietário, geralmente a metade ou dois terços do que era produzido. Havia ainda juros sobre o adiantamento feito pelo fazendeiro, que o imigrante precisava amortizar.

2 A fazenda Ibicaba foi o palco da revolta dos imigrantes, que não aceitaram a forma de contrato de parceria e a forma de tratamento dos fazendeiros, que estavam acostumados com a relação de trabalho da escravidão.

3 Sobre as políticas de branqueamento da população, ver a obra *O espetáculo das raças* (2011), de Lilian Schwarcz.

tendo acesso somente às oportunidades de trabalhos que exigissem aptidões elementares ou estivessem confinadas ao âmbito doméstico. Uma vez emancipado o negro passou a carregar nas costas a herança negativa do cativo. Sua falta de ‘vitalidade’ seria fruto do pauperismo; da ausência de uma experiência familiar prévia, de uma rede de parentesco e compadrio; do desleixo na criação dada pelos pais; da vida desregrada, habitando em cortiços em meio de promiscuidade; dá dizer despreocupação em constituir poupança ou “subir de posição” em síntese a marginalização do negro decorria, em boa medida, do seu estado “anomia social”.

Diante desse cenário, no qual o negro passou de escravizado a marginalizado, Petrônio Domingues (2019) aponta alguns critérios para que o negro deixasse de ser um escravo-marginal para ser um bom cidadão, com a concepção dos novos padrões: a população negra teria que assumir “um certo comportamento branqueado” para ser aceita socialmente na cidade de São Paulo dos anos 1920.

Florestan Fernandes (1952, p. 152) afirma que:

[...] as possibilidades de ascensão social do negro e do mestiço estavam sujeitos a habilidade de identificação com o branco, revelada de forma concreta e contínua”, porém, “não só deveriam ser capazes de corresponder às expectativas que agiriam’ como branco ‘pelo menos com referência a determinados papéis sociais; fazia-se também mister que essa capacidade fosse aceita, reconhecida e legitimada pelos brancos”.

Por isso, Petrônio Domingues (2019, p. 20-21) afirma que “para deixar a situação de anomia, ser aceito socialmente e progredir na vida, só restava ao negro tornar-se ‘de alma branca”.

Os quilombos urbanos (espaços de reunião e encontro de negros e negras nas cidades) foram uma arena de resistência para população negra na década de 1920. Nesses espaços, a população negra pôde desenvolver e manter os seus costumes culturais, artísticos, literários, musicais, culinários, etc. As primeiras escolas de samba nasceram nesses territórios, e essa resistência também originou outras configurações para as comunidades negras que elaboravam jornais e atividades recreativas, como os clubes negros (já que eram apartados dos clubes brancos) – geralmente denominados de 13 de maio ou 28 de setembro de 1871⁴ –, nos quais a população negra podia resistir e manter seus hábitos e costumes. Nesses espaços, não havia a necessidade de assumir a personalidade de um “negro de alma branca”.

Na década de 1930, surgiu a Frente Negra Brasileira (FNB). Fundada em São Paulo no dia 16 de setembro de 1931, foi a primeira grande organização negra do país após a abolição da escravatura. Seus objetivos eram combater o racismo e a defesa de políticas que melhorassem as condições de vida da população negra. Embora tenha sido fundada na cidade de São Paulo, a Frente Negra se estendeu para o Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Domingues (2018, p. 23) afirma que:

4 Data em que foi promulgada a Lei do Ventre-Livre.

O estatuto da FNB é o documento no qual se especificam as finalidades da entidade e as regras norteadoras de sua organização e funcionamento. Podiam a ela se associar “todos os membros da Gente Negra Brasileira de ambos os sexos”. Como “força social”, tinha por objetivo “a elevação moral, intelectual, artística, técnico-profissional e física; assistência, proteção e defesa moral, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra”. No que se refere à estrutura formal, ela era basicamente constituída pelo Grande Conselho, do qual participavam o presidente, os conselheiros, o secretário-geral, e pelo Conselho Auxiliar ou Administrativo, composto dos cabos e comissários. Durante sua trajetória, que se estendeu de setembro de 1931 até dezembro de 1937, a Frente Negra teve dois presidentes: Arlindo Veiga dos Santos, que ocupou o cargo até junho de 1934, e Justiniano Costa, que antes exercera a função de tesoureiro. Os recursos da entidade eram oriundos, sobretudo, das contribuições dos associados e das “delegações” (sucursais da entidade em várias cidades e estados).

Domingues (2019) diz que os negros (res)semantizaram de forma diversa os códigos sociais, políticos e culturais vigentes. Possuíam uma outra lógica de articulação, que não significava em teimosia ou desajustes sociais, mas se articulava com valores próprios que orientavam as suas escolhas, atitudes e expectativas nas situações concretas que vivenciavam.

Um exemplo disso é o papel crucial desempenhado pelas irmandades ou associações da população negra, que se articularam para solucionar a questão da moradia

da comunidade, já que estava sendo implantado um processo de gentrificação do centro de São Paulo,

Os membros associados das irmandades compraram terrenos na zona norte de São Paulo, locais afastados e desvalorizados da cidade. Dessa forma, puderam lotear esses sítios e construir a sua moradia definitiva. Vários bairros da região surgiram dessa forma, como os da Casa Verde, Peruche, Imirim, entre outros⁵.

A distribuição territorial racializada em São Paulo

Para o pensador Milton Santos (2000), a relação étnico-racial e a distribuição espacial na cidade de São Paulo são produtos de vários fatores:

[...] o fato de que o trabalho do negro tenha sido, desde os inícios da história econômica, essencial à manutenção do bem-estar das classes dominantes deu-lhe um papel central na gestação e perpetuação de uma ética conservadora e desigualitária. Os interesses cristalizados produziram convicções escravocratas arraigadas e mantêm estereótipos que ultrapassam os limites do simbólico e têm incidência sobre os demais aspectos das relações sociais.

5 Ver a respeito dos bairros negros da zona norte a obra *Casa Verde: uma pequena África paulistana* (2020), de Tadeu Kaçula.

Milton Santos (2000) também afirma que a economia conduz o crescimento de um território, isso é, o capital é o principal condutor do desenvolvimento de um território.

Partindo desse pressuposto, pode-se dizer que a cidade de São Paulo, desde a sua concepção, teve um grande impulsor financeiro vindo da economia do café, do rural para urbano. Como já dito anteriormente, São Paulo cresceu com um viés de ser a grande metrópole do Brasil.

Milton Santos, em seu livro *Metrópole corporativa fragmentada* (2019, p. 16), diz:

Nenhuma outra área, no Terceiro Mundo, foi, assim, aberta às mudanças; nenhuma foi tão capaz de, rapidamente, adaptar-se em suas infraestruturas e no seu comportamento econômico, às condições exigidas para o aumento da eficiência e da rentabilidade. O fato de que sua zona de influência, tão aberta à renovação, seja praticamente justaposta a uma metrópole que não se detém para olhar o passado é também original em um país subdesenvolvido e constitui uma das chaves de explicação do seu progresso econômico contínuo ainda que isso empobreça a herança cultural do espaço construído.

Teve-se, no Brasil, dois momentos marcantes do desenvolvimento da industrialização. O primeiro, no período do governo de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954), e o segundo com o de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o grande **boom** da industrialização brasileira, principalmente em São Paulo.

Entrou-se na era do desenvolvimento econômico no Brasil. São Paulo já se encontrava com toda a sua infraestrutura estruturada pelas mãos da população negra: já se tinha ferrovias implantadas, estradas prontas e o Porto de Santos funcionando. Assim, São Paulo estava pronta para ser uma metrópole do Brasil.

Milton Santos, no seu livro *Urbanização brasileira* (2005, p. 27) relata que:

Esse primeiro momento durará até a década de 30 quando novas condições políticas e organizacionais permite que a industrialização conheça, de um lado, uma nova impulsão vinda do poder público e do outro lado começa a permitir que o mercado interno ganhe um papel, que se mostrará crescente, na elaboração, para o país de uma nova lógica econômica e territorial.

A partir dos anos 1940-1950, é essa lógica da industrialização que prevalece: o termo industrialização não pode ser tomado, aqui em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento de território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas o que impulsiona a vida de relação... ativa o próprio processo de urbanização.

Comparando os pioneiros europeus na industrialização com o Brasil, pode-se considerar a industrialização brasileira tardia, mas, mesmo assim, foi determinante

para distanciar a imagem de um país atrasado, mesmo com todas as sequelas sociais existentes em seu bojo.

O principal objetivo deste artigo não é discutir a questão do urbanismo ou do desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo, mas estes são pontos fundamentais para o entendimento da segregação territorial que é notória no processo de expansão territorial da cidade, e para a compreensão da construção das periferias da cidade.

Dessa forma, pode-se questionar: Houve uma grande população que serviu para acelerar a economia da cidade: a classe pobre de São Paulo. Mas onde essa população pobre estava nesse contexto de desenvolvimento econômico? Onde ela fica? Como ela sobrevive? Onde ela mora? Como ela vive?

Nesse marco referencial, Milton Santos indica o território determinado para essa população. Em seu livro *Metrópole corporativa fragmentada* (2019, p.36) é mencionado que:

Os muitos dados referentes à região metropolitana, muito aquém da importância do problema, levam os autores, de acordo com Santos, a privilegiarem o município e, desta forma, são analisados na obra: a distribuição e localização de domicílios; distribuição de favelas e números de favelados; número de unidades habitacionais construídas; relação entre renda familiar e distância a partir do centro da cidade de São Paulo; distribuição de hospitais e leitos segundo zonas; entre outros indicadores sociais. Em linhas gerais, os dados

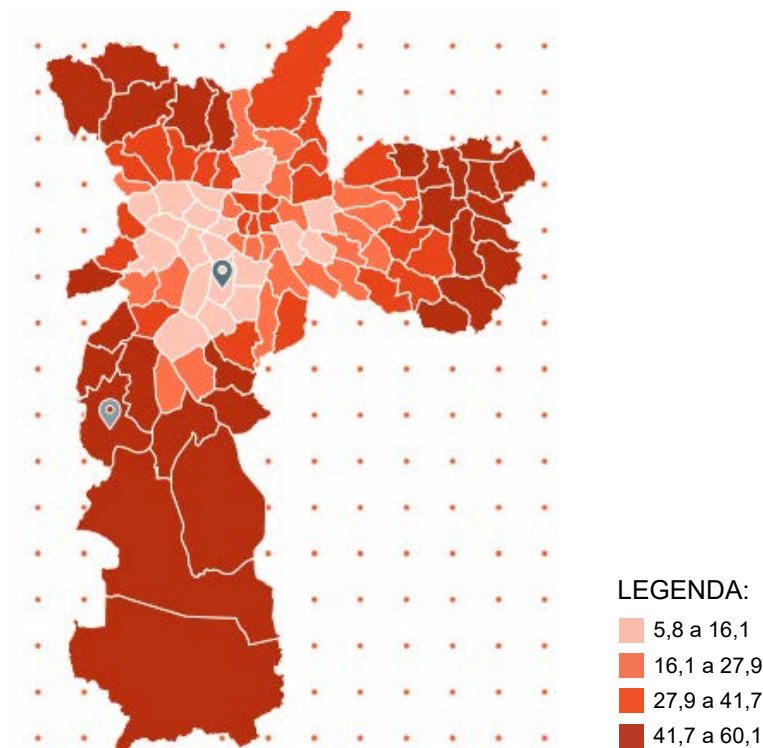
refletem: o número crescente de famílias que vivem em casa própria, mas entre essas se incluem as favelas e as auto-construções; a população que vive em domicílios exíguos, densificada, em clara situação de amontoamento; os déficits habitacionais nas periferias, apesar dos esforços do poder público; os chamados loteamentos “clandestinos”, irregulares ou ilegais, sem a menor condição de habitabilidade; a aglomeração dos pobres na periferia e os contrastes com o centro, onde os recursos sociais e em infraestrutura são evidentemente concentrados; a dependência dos pobres da periferia com as áreas centrais, para o trabalho e serviços especializados; e os cortiços, antiga presença na paisagem paulistana, demonstrando condições subumanas de moradia da população, cujos dados, apesar das contradições e incongruências.

A Figura 1 apresenta um mapa – elaborado pela Rede Nossa São Paulo, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – recente que demonstra onde a população negra e parda se situa na cidade de São Paulo. A cidade tinha, no ano de 2010, segundo dados do censo do IBGE⁶, um percentual de 35,3% de pessoas negras. De acordo com mapeamento feito pela Rede Nossa São Paulo, a distribuição dessa população negra paulistana se concentra nas regiões periféricas.

6 Não foi realizado o censo de 2020 por conta da pandemia da covid-19. Dessa forma, os dados mais recentes são do censo de 2010.

[Figura 1]

Distribuição da população preta e parda na cidade de São Paulo por distritos

Fonte: Rede Nossa São Paulo⁷

A periferia

Para trabalhar o conceito de periferia, é necessário referenciar o seu início histórico, passando pelas fases de província, vila, cidade e metrópole. Em todas elas, houve o apagamento do histórico negro e o camuflar da população pobre de São Paulo. Conforme Nestor Goulart Reis, em seu livro *São Paulo: vila cidade metrópole* (2004, p. 15), que relata o desenvolvimento de São Paulo:

As povoações são sempre construídas de um modo estreitamente relacionado

ao sítio escolhido por seus fundadores. Por quem chega depois, tudo parece quase natural, mas é apenas aparência. Na realidade, todos os detalhes desta relação devem ser pensados e medidos previamente, seguindo regras e razões nascidas de experiências anteriores. O caso de São Paulo não poderia ser diferente.

O desenvolvimento e a urbanização da cidade, teve um protagonista principal: o capital, o poder econômico.

A posição estratégica de porta de entrada do Planalto e comunicação direta com o

⁷ Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br>. Acesso em: 2 jan. 2024.

litoral fez de São Paulo rota obrigatória da produção e, agora, ponto de concentração da riqueza do café. Os escritórios dos principais bancos, empresas de seguros, serviços de exportação e toda a burocracia se instalaram na capital (DALL'OLIO, 2019).

Na era do desenvolvimento econômico no Brasil (1930-1960), São Paulo já se encontrava com boa parte da sua infraestrutura realizada e acelerava as construções de rodovias para o escoamento dos produtos que seriam produzidos nos polos industriais. Milton Santos chama esse período de aceleração do crescimento de “macrocefalia”, caracterizado pela rapidez e o descontrole do crescimento das cidades, provocando, assim, uma série de sequelas e problemas sociais.

Um exemplo dessas sequelas é o caso da cidade de Diadema, polo industrial, que foi cortada ao meio pela Rodovia dos Imigrantes, que interliga o litoral do estado, deixando a cidade dividida em duas partes.

Assim, inicia-se o lado oposto do desenvolvimento: as áreas degradadas e locais determinados para a população pobre dessa cidade, que mesmo assim, a qualquer custo, caminha para ser uma metrópole.

As vilas operárias

O desenvolvimento industrial no início do século XX foi precursor da construção das vilas operárias em São Paulo. Foi assim que nasceram os bairros da Mooca, Brás,

Ipiranga, Lapa, entre outros, com suas casas pequenas e germinadas nos terrenos excedentes das fábricas.

Essa foi umas das estratégias empregadas pelos proprietários das fábricas para manter os operários próximos e garantir sua permanência no emprego, mesmo com uma jornada exaustiva de trabalho. Adicionalmente, houve incentivo do governo da época para essa estratégia, com a isenção de alguns impostos para os proprietários das indústrias.

Nem tudo eram flores. Na elaboração desta pesquisa, foi encontrado um texto de um operário morador do Brás, direcionado ao prefeito da época, no qual é relatada a falta de infraestrutura nos bairros:

É materialmente impossível que o Sr. prefeito municipal conheça o Brás. Se assim não fosse, seria necessário dizer que o ilustre magistrado não se encontra à altura do cargo que ocupa. Diremos mais. Nós acreditamos que o referido senhor conhece do Brás somente a avenida Rangel Pestana, mas nenhuma das ruas transversais, nem mesmo a que leva ao Mercado Velho e ao Gasômetro, que é uma das mais frequentadas da cidade, e entre as mais cheias de poças, fossas e precipícios de todo o gênero [...] Paciência quando se trata de ruas despovoadas, pelas quais se pode transitar em bondes ou não transitar. Muito pior quando isso acontece em ruas habitadas, nas quais ao limo, lixo, juntam-se às águas servidas e muitas outras coisas que não é lícito nomear, mas que muitas pessoas acham certo depositar ou jogar das janelas[...] Esta a razão pela qual no Brás têm sede predileta, endêmica, a escarlatina,

a varíola, as febres palustres, as febres tifóides e vários outros benefícios do Senhor [prefeito] [...] (PINHEIRO; HALL, 1981, p. 24-25).

A moradia da população trabalhadora e pobre de São Paulo nasceu dentro desse contexto de desenvolvimento econômico. A parte elitizada da cidade não absorveu todos os trabalhadores, criando políticas de higienização e afastamento da população pobre da cidade, que até então eram moradores das vilas e bairros operários, ou de casarões coletivos e cortiços nos bairros centrais⁸.

Nos anos 1930', quando a cidade já contava com um milhão de habitantes, a produção habitacional para a massa urbana se apresentava sob várias formas: moradias construídas pelas próprias indústrias para seus operários – Vila Zélia, construções de interior de quadra, feitas por pequenos construtores privados, construções seriadas para aluguel, que se localizavam próximas ao local de trabalho, uma vez que não havia um sistema público de transporte coletivo. As áreas produtivas industriais, patrocinadas pelo sucesso da atividade cafeeira, eram localizadas em anéis periféricas e radiais ao redor do núcleo urbano consolidado, próximo aos cursos d'água para atividade industrial. Próximas a elas – e mantendo uma continuidade urbana – se localizava a moradia dos trabalhadores, produzidas por iniciativa privada. Paralelamente, a cidade moderna se desenvolvia o centro,

8 A primeira vila operária de São Paulo foi a Vila Maria Zélia e os casarões e cortiços se encontravam nos bairros da Bela Vista, Cambuci, Glicério e Liberdade.

entendido não como centro geométrico, mas centro gravitacional, centro de decisões e investimentos públicos, ao redor do qual gravitavam, inclusive fisicamente, as demais atividades (VIOLA, 2007).

Raquel Rolnik, em seu livro *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo* (2007), demonstra como a elite paulistana criou mecanismos de segregação e exclusão territorial, apartando territórios pauperizados seguindo lógica de desenvolvimento econômico e urbanístico que excluiu a população negra e pobre desta cidade.

A criação de legislações urbanas contribuiu para expulsar a população pobre dos bairros centrais. Exemplos são a demolição dos casarões e cortiços, conhecidos como cabeça de porco, com a alegação de serem insalubres, focos de doenças, e locais fétidos, e as mudanças das leis do inquilinato⁹.

Outro agravamento que ocasionou a crise econômica para os trabalhadores na década de 40 foi a Segunda Guerra Mundial, cujos reflexos geraram recessão no consumo, como a falta de combustível e alguns alimentos para a população brasileira. Em contrapartida, houve aquecimento na industrialização.

Na era do getulismo, novas leis trabalhistas foram implantadas, mas,

9 A locação de imóveis passou a ser regida pelo Decreto 4.403, de 22 de dezembro de 1921, que normatizou os contratos de locação, dando garantias aos proprietários da realização de despejo motivado por falta de pagamento. O objetivo era minimizar a informalidade na locação, pois, na grande maioria, os aluguéis eram “contatos de boca ou no fio do bigode”, isto é, apenas verbalizados.

em contrapartida, a lei do inquilinato ficou mais rígida, contribuindo para maior ocupação das áreas mais distantes da cidade.

Trata-se do momento em que o Estado brasileiro passa a intervir tanto no processo de produção como no mercado de aluguel, abandonando a postura de deixar a questão da construção, comercialização, financiamento e locação habitacional às «livres forças do mercado», que vigorou até então. Esta nova postura do Estado brasileiro na questão da habitação é parte integrante da estratégia muito mais ampla, colocada em prática pelo governo Vargas, de impulsionar a formação e fortalecimento de uma sociedade de cunho urbano-industrial, capitalista, mediante uma forte intervenção estatal em todos os âmbitos da atividade econômica (BONDUKI, 1994, p. 127).

A população negra, que se concentrava nos bairros mais pobres e morava de forma aglomerada – em quartos e cortiços – também foi afetada pelas novas regras do inquilinato.

A população negra, que tinha áreas delimitadas, como o quilombo do Jabaquara, parte da zona norte da cidade, e a região da Penha, começou migrar e povoar esses territórios, pois a grande maioria dessa população continuava no mercado informal de trabalho e não era considerada como bons locatários, devido ao estigma estabelecido no fim da escravização, de indolentes e vagabundos.

Raquel Rolnik (2007, p. 69) cita:

A substituição de escravo negro pelo imigrante livre foi acompanhada por

um discurso que difundia solução como alternativa progressiva na medida em que europeus “civilizados e laboriosos” trariam a sua cultura para desenvolver a nação [...].

Assim, fica associada no imaginário popular a imagem do negro que não seria apto para ser incluso no mercado de trabalho formal, como citado anteriormente. Nessa linha de pensamento, o negro que aceitasse ser “um negro de alma branca” poderia ser aceito no trabalho formal. Rolnik cita George Reid Andrews, que relata:

Indolência, nomadismo, desperdício, trabalho estritamente necessário para sobrevivência, larga margem de ócio, falta de disciplina, muita dança, fumo, bebida, afirmação de um controle do próprio tempo pela vontade e incompatível com a sujeição “voluntária” do trabalho assalariado (ANDREWS apud ROLNIK, 2007, p. 71).

Mesmo após o processo de escravização, os estigmas sociais para a população negra perdurou, perpassando do início da industrialização para a fase de modernização que São Paulo percorria.

Os períodos chamados de Brasil Novo (1930-1937) e Estado Novo (1937-1945) foram fases politicamente turbulentas, nas quais iniciou a ocupação das áreas periféricas da cidade de São Paulo. A baixa renda dos trabalhadores formais e informais impulsionou grandes despejos de moradia, levando essa população para os bairros distantes do centro da cidade e ao desencadeamento das autoconstruções de casas.

Na década de 1960, houve outros pontos que adensaram os bairros periféricos, como a criação Banco Nacional de Habitação (BNH), política de financiamento habitacional com o propósito de financiar créditos imobiliários com os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) dos trabalhadores com vínculos empregatícios, instituído em 1965 pela ditadura militar em substituição ao dispositivo legal que garantia a estabilidade no emprego.

A Política Habitacional, vinculada com o sistema de financiamento do BNH, foi direcionada apenas para famílias que tinham condições de arcar com um financiamento e que tinham empregos formais. Portanto, essa política pública abarcou uma pequena parcela.

A venda de loteamentos em lugares distantes, a autoconstrução, os grandes conjuntos habitacionais e a ocupação de terrenos públicos, em sua grande parte favelas, dão o tom da periferia paulistana. A ausência de políticas habitacionais efetivas fomenta o crescimento desordenado das periferias.

Todo esse processo foi realizado dentro do modelo de desenvolvimento industrial intensificado nos anos 1960, gerando o que Milton Santos (2012, p. 119) chama de “cidadania imperfeita e consumidores mais-que-perfeitos”. Porém, Santos alerta que o consumidor não é o cidadão, e que também o eleitor não é o cidadão – o que significa que, para se constituir a cidadania, não basta apenas ter processos eletivos. Consumidor e eleitor alimentam-se de parcialidades e o cidadão tem um caráter multidimensional.

Cada dimensão se articula com as demais na procura de um sentido para a vida. Isso é o que dele faz o indivíduo em busca do futuro, a partir de uma concepção de mundo, aquela individualidade verdadeira no dizer de B. Ollman, dotada de uma nova sensibilidade, rompida, com a “sensibilidade mutilada” descrita por Marcuse, quando se refere à sociedade existente como reproduzida não apenas na mente, na consciência do homem, mas também nos seus sentidos até que a familiaridade opressiva com o mundo objetal seja quebrada (Ibidem, p. 119).

Para a população empobrecida, é criada a naturalização da construção de moradias pequenas e distantes. Santos (2012, p. 122) afirma que “na cabeça tortuosa de tais técnicos, as pessoas têm necessidades essenciais em função da classe a que pertencem”, afinal foram estes mesmos especialistas “que traçaram ou desenharam os famosos quartos de empregada lado a lado com os quartos muito mais amplos dos patrões”.

A distribuição territorial na metrópole fragmentada de São Paulo reproduz as hierarquias de raça, gênero e classe. ■

[ELIETE EDWIGES BARBOSA]

Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora no curso “Cultura, educação e relações étnico-raciais (ETNOCULT)” no Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação da Universidade de São Paulo (CELACC-USP). Pesquisadora da Universidade da Concórdia/Montreal. Graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas. Autora do livro *Negras lideranças* (2019).
E-mail: elieteedwiges53@gmail.com

Referências

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, São Paulo, v. 127, 1994, p. 711-732. Disponível em: <https://bit.ly/48cgvzZ>. Acesso em: 29 dez. 2023.

DALL'OLIO, Carolina. A metrópole improvável: por que São Paulo virou a maior cidade do Brasil. **Exame**, São Paulo, 25 jan. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3vflKAd>. Acesso em: 21 jul. 2022.

DOMINGUES, Petrônio. “Tudo pelo Brasil; tudo pela raça”: a frente negra carioca. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 65, 2018, p. 327-347. DOI: 10.1590/S2178-14942018000300002.

DOMINGUES, Petrônio. **Protagonismo negro em São Paulo**: história e historiografia. São Paulo: Edições Sesc, 2019.

KAÇULA, Tadeu. **Casa Verde**: uma pequena África paulistana. São Paulo: LiberArs, 2020.

MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a abolição. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, DF, v. 8, n. 70, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3H5EWD2>. Acesso em: 29 dez. 2023.

REIS, Nestor Goulart. **São Paulo**: vila cidade metrópole. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 2004.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 2007.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada**. São Paulo: Edusp, 2019.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Ulisses Guimarães, 2012.

SANTOS, Milton. Ser negro no Brasil hoje. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 7 maio 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3vofhmu>. Acesso em: 15 set. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TERRA, Jorge. De Porto Alegre à Lagoa Vermelha. **Jorge Terra**, 24 set. 2018. Disponível em: <https://jorgeterra.wordpress.com/2018/09/24/de-porto-alegre-a-lagoa-vermelha/>. Acesso em: 15 set. 2021.

VIOLA, Assunta. A formação da paisagem na periferia da cidade de São Paulo. **Arquitextos**, v. 8, n. 088.04, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/47k5uLH>. Acesso em: 1 jul. 2022.